

**Uniões inter-raciais em pesquisas
na Amazônia acreana: outros
espaços de significações**

Interracial unions in research in the Acre Amazon:
other spaces of meaning

Uniones interraciales en investigaciones en la
Amazonia de Acre: otros espacios de significado

Ângela Maria Bastos de Albuquerque da Silva¹

 [0000-0002-2472-7664](https://orcid.org/0000-0002-2472-7664)

Jorge Fernandes da Silva²

 [0000-0002-2472-7664](https://orcid.org/0000-0002-2472-7664)

Resumo: O artigo é uma revisão bibliográfica sobre uniões inter-raciais em trabalhos de pesquisas no Acre. O objetivo foi mapear e problematizar as narrativas sobre uniões inter-raciais identificadas em bibliografias sobre negros(as) no Acre. Foram usadas as teorias de Bhabha (1998) e de Bastide & Fernandes (1959). Os resultados indicam que embora os registros sobre uniões inter-raciais sejam recorrentes em pesquisas primárias, não foi localizada nenhuma com essa temática como objeto de pesquisa.

Palavras-chave: União inter-racial. Acre. Pesquisa bibliográfica. Hibridismo.

Abstract: The article is a bibliographical review on interracial unions in research works in Acre. The objective was to map and problematize the narratives about interracial unions identified in bibliographies about black people in Acre. The theories of Bhabha (1998) and Bastide & Fernandes (1959) were used. The results indicate that although records on interracial unions are recurrent in primary research, none with this theme as an object of research was found.

Keywords: Interracial union. Acre. Bibliographic research. Hybridity.

Resumen: El artículo es una revisión bibliográfica sobre las uniones interraciales en trabajos de investigación en Acre. El objetivo fue mapear y problematizar las narrativas sobre uniones interraciales identificadas en bibliografías sobre los negros en Acre. Se utilizaron las teorías de Bhabha (1998) y Bastide & Fernandes (1959). Los resultados indican que aunque los registros sobre uniones interraciales son recurrentes en las investigaciones primarias, no se encontró ninguno que tuviera ese tema como objeto de investigación.

Palabras-clave: Unión interracial. Acre. Investigación bibliográfica. Hibridación.

¹ Doutoranda em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre - UFAC. Professora da Educação Básica lotada no Conselho Estadual de Educação do Acre. *Lattes:* [1433439115759106](https://lattes.cnpq.br/1433439115759106) - *E-mail:* angela.mbb@gmail.com.

² Doutor em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre - UFAC. Professor do Magistério Superior lotado no Centro de Educação Letras e Artes da Universidade Federal do Acre - UFAC. *Lattes:* [4355850211446310](https://lattes.cnpq.br/4355850211446310) - *E-mail:* negrosacre@gmail.com.



Considerações iniciais

A cultura migrante do ‘entre-lugar’, a posição minoritária, dramatiza a atividade da intraduzibilidade da cultura; ao fazê-lo, ela desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho assimilacionista, ou do pesadelo racista, de uma ‘transmissão total de conteúdo’, em direção a um encontro com o processo ambivalente de cisão e hibridização que marca a identificação com a diferença da cultura (Bhabha, 1998, p. 308).

A citação extraída da obra de Bhabha (1998) expressa em síntese os deslocamentos oriundos da diversidade cultural para melhor compreensão das diferenças, constituindo-se um entre-lugar deslizante da desestabilização e dos essencialismos. Essa multiplicidade é resultante da “cisão” de traços culturais fixos e de tradições, intercambiados por espaços culturais de hibridização e de negociação, marcados por diversos entrecruzamentos teóricos e lugares transdisciplinares. Para além dos atravessamentos sugeridos pelo autor, essa cultura migrante opera simbolicamente como uma espécie de terceiro espaço, que seria a interação de diferentes culturas produzindo potencialidades de novas vertentes culturais a partir dessa interação.

O hibridismo conceituado por Bhabha (1998, p. 152) “[...] é o signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações deslizantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa”. Nessa linha de raciocínio, o autor compreende que o hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidades discriminatórias, além de expor a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação do poder colonial. Por outro lado, Bhabha (1998) assegura que o hibridismo confere novas implicações a suas identificações em estratégias de subversão que fazem o olhar do discriminado voltar-se para o olho do poder. “Isto porque o híbrido colonial é a articulação do espaço ambivalente onde o rito do poder é encenado no espaço do desejo, tornando seus objetos ao mesmo tempo disciplinares e disseminatórios” (Bhabha, 1998, p. 152).

Temos por desafio, compreender o “entre lugar” do que o autor identifica como cultura migrante produtora do hibridismo, presente em outros espaços de significações, dos quais emergem as uniões inter-raciais na Amazônia acreana. Nessa linha de pensamento, fica evidente que é impossível compreender as relações socioculturais como identificações fixas de identidades dos sujeitos em função das categorias: entre-lugar, hibridização e negociação, que são consequências dos atravessamentos produzidos pelas conexões resultantes do contato



com outras culturas, corporificado sob um contexto relacional resultante de influências e experiências culturais diferentes e sobre o conceito de terceiro espaço, como uma espécie de entre-lugar de negociação e transformação.

A presente pesquisa analisa essas categorias constatadas por Bhabha (1998) a partir de um estudo com abordagem bibliográfica, pelo levantamento dos resultados de pesquisas em teses e dissertações, além de livros e revistas com temáticas sobre questões étnico-raciais negras no Acre. A consulta foi realizada no banco de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Letras Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, também no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição. A escolha desses três programas se deve ao fato de ambos disponibilizarem linhas de pesquisas que acolhem a temática étnico-racial negra.

A revisão bibliográfica foi realizada inicialmente como diagnóstico para inferir a existência ou não de pesquisas que apresentam como objeto do conhecimento a temática das uniões inter-raciais negras com outras tonalidades de cores. Posteriormente, foi possível perceber a possibilidade da construção do presente artigo, como resultado das análises realizadas nas entrevistas identificadas nas respectivas obras.

O *corpus* do material bibliográfico é resultante da consulta de vinte e quatro pesquisas concluídas com temáticas sobre negros(as) no Acre, nos três programas acima citados, além de um livro e uma revista publicado(a) fora da ambiência acadêmica. O livro *Negros na Amazônia acreana* publicado no ano 2012, no qual foram identificadas quatro entrevistas com menções sobre uniões inter-raciais negras com pessoas de cor branca e a revista *Referências negras do Acre* na qual foi localizada apenas uma menção sobre união inter-racial negra. Entretanto, a publicação “silenciou” ou omitiu as uniões inter-raciais de duas pessoas negras referenciadas pela revista às quais eram casadas com pessoas de cor branca. Na dissertação sobre *Trajetórias de negros e negras no Estado do Acre*, foram identificadas três entrevistas em que o tema das uniões inter-raciais foram mencionadas e registradas na presente pesquisa.

Para identificar se havia citações ou menções sobre uniões inter-raciais no corpo do texto das dissertações e teses, foi realizada inicialmente a leitura do resumo, da introdução e da conclusão. Na sequência, fora realizada uma busca pelo *link* “localizar” no atalho “Ctrl-F” pelo formato de arquivo PDF, desenvolvido pela *Adobe Systems*. Foram utilizadas as



palavras, cor, união, uniões, cor preta, cor branca, casamento(s), cor moreno(a), negro(a), pardo(a) para identificar eventuais citações com esses descritores.

O Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade foi iniciado no ano 2004, mas teve as primeiras dissertações de mestrado com temáticas étnico raciais negra defendidas no ano 2009. Nesse programa foram localizadas dezessete dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, entretanto, nenhum dos trabalhos tiveram as uniões inter-raciais como objeto de pesquisa. No Programa de Pós-Graduação em Educação, iniciado em 2014, foram localizadas quatro dissertações, mas nenhuma abordou as uniões inter-raciais, nem foram localizadas citações com a temática durante a busca com as palavras-chave. Somente no Programa de Pós-Graduação em Geografia, iniciado em 2019, foi localizada uma dissertação defendida por Albuquerque (2022) com o título: *Trajetórias de negros e negras no estado do Acre: das metamorfoses socioespaciais às lutas contemporâneas*, na qual foram identificadas três entrevistas em que o tema das uniões inter-raciais foram mencionadas e registradas na presente pesquisa.

Após as devidas identificações e confirmação sobre a possibilidade de registro das citações relacionadas às uniões inter-raciais foi constatado que os registros sobre essas uniões foram localizados apenas em pesquisas primárias, das quais a pesquisadora ou pesquisador utilizou entrevistas como instrumento metodológico de investigação científica. Nas três obras utilizadas os problemas centrais giravam em torno da visibilidade da população negra no Acre frente ao apagamento e invisibilidade a que esse grupo fora submetido na historiografia acreana.

Para registro, análise e compreensão do material coletado foram utilizadas as contribuições teóricas-epistemológicas de Bhabha (1998) em conjunto às propositivas de Bastide & Fernandes (1959) em suas constatações sobre as uniões inter-raciais de brancos e negros na cidade de São Paulo na década de 1950. Nas discussões e debates analíticos foram de grande valia as constatações de Schucman (2018) ao investigar as tensões entre cor e amor nas famílias inter-raciais. No mesmo contexto utilizamos as pesquisas de Pacheco (2008) sobre o papel da mulher negra nas diversas formas de opressão racial, sexual e econômicas pelas quais passaram desde o período colonial.

O território do Acre foi elevado à categoria de Estado no mês de junho de 1962. Após sessenta anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE contabilizou uma



população residente de 830.018 pessoas no ano 2022 nesse Estado. Desse universo quantitativo, 21,4% representavam as pessoas de cor branca, enquanto 8,6% eram pessoas de cor preta, 66,3% representavam a cor parda, ao passo que 0,2% se auto identificaram na cor amarela e 1,1 representavam a população indígena (Brasil, 2022). Embora o Estado do Acre seja nacionalmente identificado como lugar de predominância indígena, verifica-se nos resultados oficiais do IBGE/2022 que sua população majoritária se auto identificaram na cor parda.

As categorias relacionadas à cor e raça para identificar as pessoas negras pelo IBGE, partem do princípio que “[...] pardo se refere a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros. Preto é a pessoa que se declara preta e possui características físicas que indicam ascendência predominantemente africana” (Camilo, 2023, p. 1). Esses princípios confluem com a Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 a qual define população negra como “[...] o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

Se considerarmos que o Estatuto da Igualdade Racial define população negra como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o (IBGE), o Acre apresentava em 2022 uma população majoritariamente negra com 74,9% que se autodeclararam nas cores preta e parda. Nesse contexto, os dicionários definem a cor parda como pessoa que descende da mistura “de cor entre branco e o preto” (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 2024). Essa constatação permitiu levantar a hipótese de que deve haver substancial número de casamentos inter-raciais no Acre para justificar o elevado número de pessoas que se autodeclaram na cor parda.

A partir dessa hipótese surgiu o problema norteador da presente pesquisa: Qual a incidência de registros sobre casamentos inter-raciais nas pesquisas sobre pessoas negras no Acre? O objetivo central foi problematizar as narrativas sobre uniões inter-raciais no Acre, identificadas nos registros bibliográficos pesquisados. Buscou-se também, mapear as ocorrências relacionadas às uniões inter-raciais a partir dos referenciais bibliográficos analisados. No processo analítico foram considerados dois elementos centrais: o primeiro buscou identificar a incidência dos registros sobre uniões inter-raciais em pesquisas com temáticas étnico-raciais negras. O segundo permite compreender o alcance do problema na



visão de cada autor ou autora pesquisado(a) ao tempo que contribui em ampliar a visão sobre as condições de como acontecem as relações de afeto e outras motivações que unem pessoas negras e brancas em vínculos matrimoniais.

Breve histórico sociológico sobre a construção dos discursos racialistas

A necessidade de uma argumentação histórico-sociológica sobre raça, classe e racismo na perspectiva de Guimarães (2003) parte do esvaziamento do discurso biológico sustentado pela ciência do século XIX sobre a natureza das raças. Pela ausência de uma fundamentação teórica e conceitual sobre as raças, entre os séculos XVI - XVIII, os princípios metodológicos aplicados na área da Zoologia e da Botânica para realizar as classificações das variadas espécies de animais e de vegetais foram transferidos para o conceito de raça (Munanga, 2003). A aceitação dessa pseudo-verdade científica se ajustava à mentalidade de que os povos europeus de cor branca eram superiores aos outros grupos de pessoas com traços fenotípicos e mesclas de cores diferentes.

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que si identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe (Munanga, 2003, p. 1).

Essa vertente do conceito de raça, não apresenta relação direta com a cor do grupo inferiorizado identificado na França como Gauleses, que eram associados à Plebe ou grupos de plebeus. Outro ponto relevante é o conceito de raça no período medieval, que nos registros de Munanga (2003, p. 1) “[...] passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum”. Na discussão desse contexto, Guimarães (2003, p. 99) compreende que essa concepção foi sustentada pela visão mística-teológica reproduzida no mito de “[...] que os negros são descendentes de Cã, da tribo amaldiçoada de Canaã”. Originada na crença cristã, esse mito ultrapassou o período pré-cristão, a Idade Média e alcançou os séculos XV - XIX. A autora menciona que “[...] muitos escravocratas e fazendeiros achavam que tinham uma missão civilizadora, [de redimir] os filhos de Cã,



descendentes daquela tribo perdida, trazendo-os para a civilização cristã, agora, para aprender o valor do trabalho” (Guimarães, 2003, p. 99).

Com o advento do sistema escravista de africanas e africanos de cor preta após o século XV, tanto a mitologia bíblica sobre a suposta inferioridade dos descendentes de Cã, quanto a teoria da classificação das raças, foram facilmente aceitas como justificativa da hipotética inferioridade das pessoas de cor preta, que eram predominante escravizadas e escravizados do continente africano. “As populações negras e/ou pretas estavam associadas à vida escrava, enquanto as populações brancas estavam associadas à ideia de superioridade e ao status de livre” (Teruya & Silva, 2020, p. 44).

Nessa resumida explicação, emergem três vertentes sobre a origem das raças: a primeira sobre Cã, o filho de Noé que teria sido amaldiçoado com uma marca de cor preta, por ter visto a nudez do seu pai embriagado e não ter tomado nenhuma ação para cobrir o seu corpo (Guimarães, 2003). A segunda de origem francesa, quando as elites dos séculos XVI - XVIII consideravam os Gauleses raças inferiores ao grupo economicamente favorecido. A terceira, pela transposição das teorias que classificavam plantas e animais pelos princípios da Zoologia e da Botânica, que passaram a ser aplicadas para identificar e classificar as diferenças raciais entre humanos.

Pesquisadores(as) a exemplo de Chaves (2003) atribuem a Herbert Spencer (1820-1903) o título de fundador do racismo científico no século XIX a partir de suas concepções “[...] sobre o que denominou de evolucionismo social, quando transplantou, do mundo biológico ao mundo cultural, o modelo das tipologias e dos sistemas classificatórios, implementando a noção de diferenças entre os povos e as sociedades” (Chaves, 2003, p. 30). As classificações dos tipos de sociedades estudadas por Herbert Spencer (1820-1903) variavam desde as mais complexas às menos complexas, comparando indígenas com europeus, tipos de produções manufatureiras *versus* organizações sociais industrializadas etc., chegando a afirmar que “[...] no processo de evolução social, existia uma luta pela supremacia entre os povos ou entre as pessoas, a qual estabelecia, de forma natural, a superioridade, a persistência do mais forte e a subordinação do mais fraco” (Chaves, 2003, p. 30).

Na concepção de Munanga (2003) enquanto os cientistas estavam apenas classificando as raças, não havia nenhuma inconveniência, pois, as classificações auxiliam no



processo de identificação nas mais diversas áreas do conhecimento. O problema foi que, “[...] infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo” (Munanga, 2003, p. 2). Essa nova forma de nivelamento social foi exaustivamente disseminada por Darwin (1871-1974), “[...] influenciado por aspectos da obra de Spencer, [ao elaborar as] teorias evolucionistas que demarcavam, naquela época, as noções de superioridade cultural e racial, constitutivas do paradigma vigente” (Chaves, 2003, p. 30).

Essas concepções foram amplamente disseminadas no período de transição entre o sistema colonial e o imperial no Brasil. Entretanto, o que estava em jogo era qual tipo de sociedade o Brasil teria no futuro enquanto nação, porque em 1798 “[...] a população preta e parda somavam 1.988.000 pessoas [...] brancos e indígenas totalizavam 1.260.000” (Rodrigues, 2010, p. 21). Com a intensificação do tráfico escravista até meados do século XIX o número de africanas e africanos de cor preta ultrapassou muito o número de europeus de cor branca. A grande preocupação dos políticos e intelectuais era com a possibilidade de o Brasil se tornar uma extensão do continente africano com a predominância de pessoas de cor parda e preta, consideradas inferiores pelos cientistas da época.

O elevado número de pessoas de cor parda ao final do século XVIII já prenunciava as uniões inter-raciais que se intensificaram no século XIX e que seriam mais tarde (no século XX) objeto de estudos no contexto das classificações e hierarquizações das sociedades.

O projeto de desenvolvimento e progresso da nação brasileira estava associado à questão racial, pois entendia-se que a modernização nacional dependia do branqueamento do povo brasileiro, por isso era necessário extinguir a influência ‘negativa’ de negros, por meio do processo de miscigenação com os imigrantes europeus de diferentes nacionalidades. Essa mentalidade caminhava em direção à consolidação da ideologia do branqueamento da população (Teruya & Silva, 2020, p. 44).

No século XIX a política de imigração foi intensificada em 1850, “[...] ano em que foi determinado o fim do tráfico de escravos, e quando a colonização passou para a responsabilidade dos governos provinciais e se abriram oportunidades para a iniciativa privada” (Moraes, 2014, p. 147). Sustentado nas teorias racialistas, o sistema de imigração para substituir a mão de obra do(a) escravizado(a) pelo europeu encontrou apoio na rejeição da cor preta de africanas e africanos.

Para compreender o alcance dessa ideologia racialista que se estendeu no imaginário social até o século XX e início do século XXI é necessário reconhecer a influência dos



estudos de Gilberto Freyre. Principalmente após o lançamento do livro *Casa Grande & Senzala* em 1933. Freyre encontrou solo fértil na disseminação do mito da igualdade racial que emoldurou todos os estudos anteriores, fazendo-o de forma romantizada pela pressuposição de que a miscigenação resultante das uniões inter-raciais entre europeus colonizadores e africanas escravizadas se deram de forma harmoniosa e pacífica. “Gilberto Freyre não fundou o mito da democracia racial, mas consolidou, elevando ao plano considerado científico um imaginário das relações raciais, fortemente arraigado no pensamento nacional” (Domingues, 2005, p. 127).

Para Lia Vainer Schucman (2014, p. 88) Gilberto Freyre consagrou o tripé por ele identificado como povo brasileiro, composto pelo “branco colonizador, o negro escravo e o índio nativo” atribuindo aos três componentes do grupo a condição de produtores de nossa cultura, o que lhes outorgaria no imaginário social a condição de serem brasileiros. Essa é a grande diferença entre o Brasil e outros países miscigenados pelos europeus e africanos(as) “[...] pois aqui é branca qualquer pessoa com feição branca, mesmo que sua ascendência esteja muito longe dos colonizadores brancos brasileiros” (Schucman, 2014, p. 88).

Outro marco diferencial entre as teorias racialista e os estudos de Gilberto Freyre, foi a implementação de um “[...] método atento aos ‘novos objetos’ da história: a família, a intimidade, a sexualidade, presentes nas relações sociais e raciais cotidianas como apresentará em suas obras” (Pacheco, 2008, p. 58). Ainda que recaia sobre Gilberto Freyre todas as críticas relacionadas ao silenciamento resultante das brutais violências de estupros e uniões forçadas que resultaram no grande número de pardos e mestiços do período colonial e imperial, suas obras assumiram o posto de pioneiras na temática das uniões inter-raciais no Brasil.

A grande estratégia ideológica apontada por Domingues (2005) foi o efeito do mito da igualdade racial em dividir a população negra em pretos e mulatos na intenção de jogar um grupo contra o outro para impedir qualquer possibilidade de unidade de luta ao passo que facilitou a dominação do jugo racial pelo discurso da igualdade. Ao omitir o discurso da igualdade de direitos e disseminar o da igualdade racial, supostamente todos(as) teriam as mesmas oportunidades socioeconômicas, como negros e indígenas não as aproveitavam eram considerados “incompetentes, incapazes e/ou inferiores” (Domingues, 2005, p. 126). O autor constatou que esse discurso reforçou tanto o complexo de superioridade do grupo branco,



quanto o de inferioridade do grupo negro ao transferir a esse a responsabilidade de lutar individualmente pela ascensão (sem as mesmas condições do grupo branco) fazendo-os assumirem a responsabilidade pelos fracassos na luta de classes.

Ao serem atravessados por essa ideologia, Domingues (2005) assevera que foi sendo construído um consenso entre a população de cor branca da não existência do problema racial. Por esse motivo, o autor afirma que os movimentos de negras e negros em meados do século XX, ficou restrito apenas aos militantes que ficaram politicamente isolados nas atividades de protestos contra o mito da igualdade racial. “Em vez de ser uma reivindicação da sociedade global, tendo em vista a ampliação das garantias democráticas na ordem republicana a luta anti-racista tornou-se uma tarefa apenas de negros, não auferindo a colaboração de aliados brancos” (Domingues, 2005, p. 126-127).

Esse breve histórico sociológico sobre a construção dos discursos racialistas desde a diáspora dos(as) primeiros(as) africanos(as) no Brasil evidencia que embora as pessoas negras tenham sido libertadas com a Lei Áurea, como grupo passaram a fazer parte do grande problema social do Brasil. Sem as condições para competir em igualdades com os recém chegados imigrantes, além de enfrentar as políticas de ações negativas que apontavam para uma rejeição das africanas e africanos por causa da cor preta, o negro passou a ser um problema social criado pelo colonizador de cor branca, que lançou sobre o grupo negro a responsabilidade por suas condições depreciativas.

O problema das uniões inter-raciais pautou as discussões e debates, com mais intensidade, na primeira metade do século XX e com menor intensidade até a contemporaneidade, pois, nas constatações de Roncolato (2018) o negro representava aos olhos de boa parte da intelectualidade, o passado e o atraso. Surgiram desde o século 19 as chamadas “teorias científicas do branqueamento, propondo como solução para o problema de misturar a população negra com a branca, incluindo os imigrantes europeus, geração por geração, até mudar o perfil ‘racial’ do país, de negro a branco” (Roncolato, 2018, p. 1).

União inter-raciais na pesquisa sobre trajetórias de negras e negros no Acre

Seguindo a trilha investigativa sugerida por Bhabha (1998, p. 68) faz-se necessário deixar em relevo o que o autor identificou como terceiro espaço “[...] que, embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação” como um campo neutro,



apropriado às negociações ao garantir que “[...] o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, (re)historicizados e lidos de outro modo” (Bhabha, 1998, p. 68). Por outro lado, há inúmeras redes de relações que interferem nas ações, nas práticas, nos costumes e experiências vivenciadas nesse espaço de negociação.

Nas uniões inter-raciais esses espaços representam o simbólico entre-lugar físico ou virtual no qual as pessoas envolvidas compartilham vivências e experiências, valores e normas sociais. Nesse campo de relações sociais são forjadas as identidades individuais e coletivas, partícipes das diferentes formas de organização familiar, comunitária, econômica, entre outras, que compõem as relações de poder na sociedade. “Entende-se, aqui, que todo e qualquer sujeito é atravessado pelas condições políticas, históricas e sociais da conjuntura que o cerca” (Schucman, 2018, p. 57).

Essas afirmações realçam as evidências localizadas na primeira pesquisa identificada no presente levantamento bibliográfico, na qual Albuquerque (2022) dissertou sobre o seguinte título: *Trajetórias de negros e negras no Estado do Acre: das metamorfoses socioespaciais às lutas contemporâneas*. A autora entrevistou dez pessoas negras com objetivo de analisar suas trajetórias e metamorfoses socioespaciais resultantes das vivências e experiências desses contribuintes com a pesquisa. Nesses registros localizamos cinco narrativas que, de forma direta ou indireta, identificam as uniões de casais inter-raciais na Amazônia acreana.

Para sustentação teórica, Albuquerque (2022) utilizou principalmente as teorias de Milton Santos (2002) presentes na obra: *Ser negro no Brasil hoje* na qual foram analisadas as categorias: corporeidade, a individualidade e a cidadania, enquanto rugosidades na produção do espaço, que se manifesta e se reproduzem nas formas de racismo, preconceito e discriminação. As questões levantadas por Albuquerque (2022) foram amplamente fundamentadas no conjunto das teorias de Milton Santos (2002; 1997), relacionando-as com a condição desse geógrafo, enquanto intelectual negro e maior referencial da Geografia mundial.

O primeiro registro sobre uniões inter-raciais na dissertação de Albuquerque (2022) apresenta as narrativas do senhor negro Edson Darlindo, um maranhense que nasceu em 1943 e migrou para o Acre em 13 de março de 1965 onde se casou com Leda Tamires, uma



acreana de cor branca, nascida em Tarauacá e juntos tiveram duas filhas dessa união matrimonial.

Para entabular os questionamentos sobre essa união inter-racial Albuquerque (2022) apresentou a seguinte justificativa:

Na entrevista com Edson Darlindo aconteceu um fato que se repetiu em outras entrevistas: em nenhum momento o entrevistado(a) mencionou qualquer situação relacionado ao racismo, preconceito e discriminação, mas, nessa experiência, antes de encerrar a entrevista fiz uma interpelação sobre seu casamento com uma mulher branca e, em sua resposta sugeriu, que o mais importante é uma pessoa gostar da outra, independentemente da cor da pele. Entretanto, expressou que tinha receio de ser rejeitado, caso se interessasse por uma mulher de cor branca, tanto por parte dela, quanto por sua família. Mencionou também que não enfrentou nenhuma rejeição por parte da família de sua esposa branca, muito menos de seu pai que aceitou prontamente seu pedido de casamento de sua filha Leda Tamires (Albuquerque, 2022, p. 188).

Ficou nítido para a pesquisadora o quanto é complexo discutir e debater sobre o racismo, preconceito e discriminação especialmente no contexto da união inter-racial. Um fator que deve ser levado em consideração foi que esse casamento aconteceu no seringal chamado Ave no rio Gregório no município de Tarauacá na década de 1960, em um período de intensas migrações entre as comunidades nos lugares de floresta e as cidades acreanas que se encontravam na gênese de sua expansão. Entretanto, não houve menção do entrevistado sobre qualquer problema relacionado à união inter-racial após a migração da área de floresta para a cidade de Rio Branco.

Ao final dessa entrevista, novamente a questão do casamento inter-racial foi deixada em relevo nas palavras da filha do entrevistado ao narrar um fato que levantou ampla discussão nas descrições e análises da sua dissertação:

Quando nós éramos pequenas e estávamos na casa do meu avô, na Palestina, [no estado do Pará], a mãe ouviu do meu avô, quando ele chamou meu pai pra um canto da casa e disse: - você com essa mulher doente, por que você foi casar com essa branca, se essa mulher morrer aqui, a família dela vem atrás da gente. Era uma situação constrangedora, que eram de longe, que ela era branca, que meu avô era de uma região do Jalapão, meu pai já era nascido no Maranhão, mas as origens eram no Jalapão, dentro do Tocantins, que era uma região, tipo quilombola, eu não sei como é que chama, mas é mais ou menos isso. Eles tinham essa ideia ainda, aí minha mãe estava doente lá, e, escutou quando meu avô falou isso para o meu pai. (Entrevista com Leidiane Tamires, filha do senhor Edson Darlindo e Leda Tamires) (Albuquerque, 2022, p. 187).

A partir das discussões entabuladas em sua banca de defesa da dissertação, a pesquisadora foi levada a compreender que essa era uma das muitas situações em que as



marcas da discriminação e do racismo se fazem presentes de forma tão incisiva ao ponto da família do Senhor Edson Darlindo utilizar a rejeição da mulher de cor branca como estratégia de defesa. Aquele grupo familiar negro previa a possibilidade de serem acusados em consequência de um possível óbito da mulher branca, fato que poderia ser revertido em acusações de assassinato, “[...] simplesmente por Ela se encontrar hospedada em uma família de negros(as) que supostamente seria estranha à mulher que se encontrava em situação patológica” (Albuquerque, 2022, p. 187).

Evidentemente que nas entrevistas acontecem omissões, silenciamentos e fragmentações/recortes das vivências e experiências e esses motivos levam alguns(as) entrevistados(as) a não mencionar eventuais situações de rejeição, de racismos e preconceitos. Nesse caso, somente após o encerramento da entrevista, a filha do entrevistado narrou a situação que resultou na rejeição da família negra sobre a mulher branca que era esposa do homem negro.

Na pesquisa de Bastide & Fernandes (1959, p. 211) realizada em São Paulo em meados do século XX, os autores identificaram que “[...] os casamentos mistos são mais frequentes no interior do que na capital” pois na migração há inerentes mudanças de comportamentos sociais pelo contato com diferentes culturas e diversos tipos de classes sociais.

No exemplo apresentado por Bastide & Fernandes (1959, p. 211) essa constatação fica bem evidente.

Um preto casara-se no interior com uma filha de italianos, companheira de escola e vizinha de casa. Marido e mulher viviam muito bem e vários filhos mulatos haviam nascido da união. As crianças tinham ouvido contar que S. Paulo era uma cidade ‘formidável’, e convenceram os pais a vender a pequena propriedade para mudar-se para a capital. Mas em São Paulo a mulher tinha vergonha do marido, fazia o impossível para sair sempre só. O pai desleixado voltou sozinho para o interior mas já sem propriedade. Sob outro ponto de vista, o casamento misto é também revelador do grau de intensidade do preconceito de cor.

Essa concepção leva em conta o universo das vivências e experiências sociais para se compreender o lugar de análise das interações estudadas. As constatações de Bastide & Fernandes (1959) refletem as vivências e experiências do racismo em meados do século XX. Entretanto, na contemporaneidade essa realidade permanece com novas roupagens a exemplo de uma pesquisa realizada no ano 2022 pela Rede *Nossa SP*, com 800 moradores(as) da capital paulista. 73% dos residentes da cidade paulista acreditam que o racismo é um



problema central da cidade. A pesquisa constatou que a percepção sobre preconceito e discriminação contra a população negra também aumentou entre os moradores e chegou em seu maior no período da Pandemia de Covid-19, após o ano 2020 (Moreno, 2022)³.

Essa discussão permeia várias ambiências em todos os estados brasileiros, com maior ou menor incidência em diferentes lugares, a exemplo da constatação de Fernandes (2017) ao entrevistar uma professora negra que residia em uma cidade do interior do Acre na década de 1980. “Para essa professora a maior dificuldade na trajetória escolar era a pobreza ao afirmar que a questão da cor era secundária” (Fernandes, 2017, p. 91). O racismo é o resultado das cumulativas posições de inferioridade econômica e social em que africanas e africanos foram submetidos(as) no período escravocrata. Não obstante, a raça é componente fundamental para “compreender as desigualdades entre brancos e negros, mas ao mesmo tempo, é preciso saber que raça é um contorno no qual não há conteúdo intrínseco ou essencial: é preciso enxergar a raça para tornar-se cego a ela” (Schucman, 2018, p. 92).

O compartilhamento de culturas no espaço habitado produz as possibilidades de aceitação ou rejeição social, pois o “[...] espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos” (Santos, 2014, p. 34). O espaço humano como o fato histórico que ele é, compõe a “[...] história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local [e] pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial” (Santos, 2014, p. 22).

Evidentemente que as vivências e experiências de negros(as) em São Paulo em meados do século XX diferem das identificadas na Amazônia acreana, entretanto, as perversões da colonização ultrapassaram tempos e épocas, até a contemporaneidade através de contornos que rompem as fronteiras, repetem suas ações “perturba e divide o próprio tempo de seu ser” (Bhabha, 1998, p. 75).

O segundo registro sobre uniões inter-raciais na dissertação de Albuquerque (2022) foi de um senhor negro de nome João Divino que residia no município de Sena Madureira por ocasião do seu “[...] primeiro casamento, aos vinte e um anos de idade, com sua primeira esposa, uma mulher acreana, não alfabetizada, mãe dos seus 8 filhos(as), (4 homens e 4

³ Os lugares onde ocorrem as maiores incidências de racismo são: *Shoppings* e comércios: 77%, Ruas e espaços públicos: 71%, Transporte público: 70%, Trabalho: 69%, Escola/Faculdade: 67%, Ambiente esportivo: 65%, Hospitais e postos de saúde: 56%, Local onde mora: 50%, Igrejas e locais de cultos religiosos: 46%, Ambiente familiar: 41%.



mulheres)” (Albuquerque, 2022, p. 134). Segundo a autora, esse senhor negro mudou-se para a cidade de Rio Branco por ocasião do nascimento do seu quarto filho. Pelo fato de sua esposa ser de cor branca, seus filhos e filhas nasceram com cores mescladas, entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as).

Essa experiência indica que as uniões inter-raciais estão presentes em todas as classes sociais, ao passo que a esposa branca do homem negro não era alfabetizada, Ele por outro lado cursou apenas, até a antiga quarta série primária. Nas constatações de Bastide & Fernandes (1959, p. 192) “[...] as barreiras na escola [primária] são mais de classe que de raça. Vão aumentando ao passar do ensino primário para o secundário e o superior”. Os mesmos autores concordam que as crianças pequenas brincam juntas e se aceitam relativamente, mas ao entrarem na adolescência, impulsionadas pelas rejeições das suas próprias famílias contra negros(as), elas também começam a aplicar os filtros do racismo, do preconceito e da discriminação contra colegas de cor preta na escola, aceitando mais um rapaz de cor branca mau caráter, do que um negro de boa índole e de boa família (Bastide & Fernandes, 1959).

Desde o ano 2003 as escolas são obrigadas a inserir no seu planejamento a aplicabilidade da Lei 10.639 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" como forma de reduzir as ações racistas e preconceituosas sobre negros(as). O efeito dessa legislação após duas décadas é lento, mas progressivo, por outro lado, Bhabha (1998, p. 137) compreende que as articulações contraditórias “[...] vistas em estereótipos, declarações, piadas e mitos racistas - não estão presas no círculo duvidoso do retorno do reprimido”. Para esse teórico elas são resultados “[...] de uma recusa que nega as diferenças do outro, mas que produz em seu lugar formas de autoridade e crença múltipla que alienam as pressuposições do discurso” (Bhabha, 1998, p. 137).

O terceiro registro encontrado na dissertação de Albuquerque (2022) refere-se a um homem negro casado com uma mulher de cor branca, seu nome é José Marques de Souza - o Matias - natural da colocação Ipu, no seringal Restauração, no município de Tarauacá. As informações encontradas em Albuquerque (2022) sobre esse personagem foram obtidas a partir de uma entrevista com Eró Galdino, filha de José Marques, nascida da mescla desse homem de cor preta com sua mãe de cor branca, entretanto herdou mais as características



fenótipas de sua mãe. Eró também é casada com um homem de cor branca, seus filhos e filhas nasceram com as mais variadas mesclas entre as cores preta e branca (Albuquerque, 2022).

Na entrevista com Eró, a autora registrou que os irmãos tinham bons relacionamentos fraternos entre si, apesar de os de cor mais escura serem estigmatizados pelo racismo na escola. A entrevistada afirma que exatamente no início da adolescência, seus filhos negros de cor retinta, saíram da escola, tanto pela rejeição afetuosa social, quanto pelas acusações de colegas transgressores e indisciplinados que os responsabilizavam sobre suas ações delinquentes, resultando em constantes disciplinas da instituição escolar em situações que eram inocentes. Outra razão do abandono da escola (pelos filhos negros de cor retinta) era em função do isolamento social imposto pela rejeição de suas colegas nas situações de paquera e namoro.

Essa problemática fora analisada por Bastide & Fernandes (1959) ao constatarem que nas uniões inter-raciais as famílias negras aceitam de bom grado a presença do(a) cônjuge de cor branca na premissa de “branquear a raça”, porém,

[...] quando há vários filhos de cor diferente, o tom mais claro torna-se um fator de diferenciação afetiva por parte dos pais, e o ciúme levanta os irmãos uns contra os outros. Os mais claros têm vergonha dos outros e chamam-nos ‘negros’. Os mais escuros respondem: ‘Você também não é branco, você é um descascado’. Se saem juntos, os mais claros evitam levar os irmãos em certos lugares bem frequentados e preferem sair sozinhos quando podem. Têm medo de ser rebaixados pela presença de seus irmãos e de receber também o tratamento de ‘negros’ (Bastide & Fernandes, 1959, p. 213-214).

Essa distinção familiar com descendentes de várias mesclas produzem a cor parda que Bastide & Fernandes (1959) identificam como mulato(a) intermediária entre a cor preta e a branca. Os autores constataram que esses são ainda mais incisivos em rejeitar o casamento com a pessoa preta, que muitos da cor branca. Nas constatações dos autores, os filhos de cor parda buscam o “[...] embranquecimento progressivo [pela consciência social de que] o mulato é sempre preferido ao preto na obtenção dos empregos” (Bastide & Fernandes, 1959, p. 215). Nessas situações a pessoa negra passa tanto pela rejeição familiar quanto social. Na concepção de Pacheco (2008, p. 64) “[...] as interpretações sobre o fenômeno da miscigenação são múltiplas” pois perpassam as vivências e experiências individuais e coletivas desde o período colonial e imperial, até a contemporaneidade nas duas primeiras décadas do século XXI.



O exposto indica que as mesclas resultantes das uniões inter-raciais entre negros(as) perpassaram os períodos de opressão pelo escravismo, adentraram nas relações afetivas pós-abolicionistas e permanecem em todas as esferas sociais, produzindo descendências de cores mescladas entre a preta, parda, branca e indígena. Nos resultados da pesquisa de Schucman (2018) em uma das famílias com filhos de variadas mesclas, o filho de cor branca passou a construir uma “consciência e certeza acerca da existência do racismo” ao ver cotidianamente “[...] o pai e o irmão passarem por situações de racismo e perceber ao mesmo tempo, que, pelo fato de ser mais claro, isso não ocorria com ele” (Schucman, 2018, p. 90).

As uniões inter-raciais entre pessoas negras com pessoas não negras resultaram em variadas mesclas de cores e produziu uma enorme miscigenação no Brasil. Essa diversidade nas tonalidades de cores dificulta contrastar as diferenças entre as rejeições motivadas pela cor/raça e as resultantes da condição socioeconômica da pessoa. A pesquisadora Ana Pacheco (2008, p. 64) após investigar como se dão as escolhas afetivas entre negros(as) e brancos(as), concluiu que “[...] os relatos acerca do preconceito racial, discriminação e racismo aparecem de formas diferenciadas, às vezes, se mesclam com outras formas de preconceito, como os de classe, por uma retórica da origem social, da carência material, da pobreza”.

Esse contexto conflui com a compreensão apontada por Bhabha (1998, p. 67) ao asseverar que “[...] todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender”. A distância cada vez mais ampliada sobre as afirmações e “[...] reivindicações hierárquicas de originalidade ou ‘pureza’ inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instância históricas empíricas que demonstram seu hibridismo” (Bhabha, 1998, p. 67).

Citação sobre uniões inter-raciais na revista referências negras do Acre

Nesta seção foi localizado e registrado apenas uma citação sobre uniões inter-raciais na revista *Referências Negras do Acre* publicada em 2016 no município de Rio Branco no Acre. A pesquisa foi implementada pela extinta Secretaria Adjunta de Promoção da Igualdade Racial - SEADPIR no âmbito da esfera municipal. A estrutura informativa do compêndio atendeu às demandas dos posicionamentos políticos ideológicos no contexto do movimento identificado como ‘florestania’ iniciado no início do século XXI com a ascensão do Partido dos Trabalhadores no Acre, ao promover o resgate da história e cultura acreana.



Cabe destacar que vinte e quatro pessoas negras foram homenageadas na revista, mas houve apenas uma menção sobre casamento inter-racial, referente aos genitores do negro Ivan Ferreira de Castela. Entretanto, há pelo menos outros dois negros homenageados: o ex-senador de República Sebastião Sibá de Oliveira Machado e José Barbosa Amorim, ou Dr. Amorim, ambos casados com mulheres de cor branca, mas em nenhum momento a revista faz referência às suas uniões matrimoniais.

O homem negro destacado na revista apresenta múltiplas habilidades culturais. Após registrar suas origens, o compêndio destaca que Ele era servidor público, ator de palco, teatro de rua e dançarino. A pesquisa identificou que Ivan de Castela foi “[...] um dos nove filhos de pai branco e mãe negra. Praticou capoeira logo na infância, mais tarde no teatro, despertando para uma consciência sobre raça e cor” (Rio Branco, 2016, p. 24). Nascido na cidade de Rio Branco no Acre, residiu parte de sua infância no Bairro da Base. Mesmo com todas essas informações, a revista apresenta apenas caráter informativo, sem maiores detalhes sobre as questões relacionadas à sua origem da mescla entre um homem de cor branca e uma mulher de cor preta.

Sobre o silenciamento da condição matrimonial dos outros dois personagens, Hall (2016, p. 190) identifica “[...] a estereotipagem enquanto prática de significados é importante para a representação da diferença racial”, porque a estereotipagem como produtora de significados divide o normal e o aceitável, do anormal e do inaceitável. Ademais, na concepção de Hall (2016, p. 192) a estereotipagem “[...] ocorre onde existem enormes desigualdades de poder”. Nessa concepção as pessoas são classificadas e excluídas na dicotomia entre um e outro entre o que é de dentro e o que é de fora, ou “entre nós e eles” (Hall, 2016, p. 192). Há nesse ponto de vista um conjunto de relações de poder que operam em condições de desigualdade.

O estereótipo ou a imagem preconcebida socialmente sobre o negro de destaque ou posição social elevada casar-se com mulheres brancas, é reforçado pela naturalização com que esse tipo de união é acolhido até mesmo por pesquisadores(as), nesses casos, “[...] a narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e posicional” (Bhabha, 1998, p. 59).



Registros sobre uniões étnico-raciais no livro *Negros na Amazônia acreana*

Na presente seção foram registradas quatro narrativas sobre casamentos inter-raciais reproduzidas do livro *Negros na Amazônia acreana* publicado por Fernandes (2012) em uma pesquisa realizada nos vinte e dois municípios desse estado amazônico sobre as origens das pessoas negras no Acre. O autor consubstanciou as narrativas nos conceitos teóricos de Florestan Fernandes no livro: *A integração do negro na sociedade de classes*, (2008) que orientou as descrições e análises sobre a presença negra nesse estado.

Para situar o processo geo-histórico das condições que pessoas negras se encontravam no período pré e pós-abolição, o livro de Fernandes (2012) apresenta as paupérrimas condições socioeconômicas em que o negro ficara no período pós-abolicionista, fato que o impedia alcançar uma condição estável desfavorecendo tanto uniões entre as próprias pessoas negras, quanto ampliando o grau de preconceito e discriminação racial sob a ótica da população de cor branca.

Como resultado daquela conjuntura desfavorável, figurativamente Florestan Fernandes (2008, p. 122) utiliza a terminologia relacionada ao déficit negro como representativa da “[...] cadeia de ferro que se estabeleceu entre a situação social do negro ou do mulato e a pauperização”. Essa constatação aponta que os elevados níveis de pobreza e miséria a que os ex-escravizados foram submetidos se agravaram e se perpetuaram na medida em que as precarizações socioeconômicas foram se acumulando pela ausência de moradia digna, pelas dificuldades de alcançar os melhores empregos e renda, que resultaram em uma péssima qualidade de vida.

Após essa breve introdução histórica, Fernandes (2012) inicia o registro das descrições e análises das cinquenta e três entrevistas nos vinte e dois municípios acreanos. A delimitação que atende a proposta do presente artigo, concentrou-se em quatro registros extraídos das narrativas sobre casamentos inter-raciais na Amazônia acreana. A primeira narrativa foi construída por uma mulher de cor parda que se identificou como Gezilda Marinho de Amorim, uma professora de Letras Vernáculas graduada pelo programa de formação de professores pela UFAC, que reside no município de Assis Brasil.

Nos registros dessa entrevistada consta o seguinte:

Gezilda é uma acreana que guarda em sua residência registros de seus pais, avós e outros antepassados de sua família. Ela se lembra dos relatos de sua mãe, que nasceu em 1915, no seringal Palmeiras, em Brasileia, à beira do Rio Acre. Sua mãe



era, segundo ela, uma acreana ‘bem negra’ e seu pai era um cearense ‘bem branco’, por isso, a família não aceitava o casamento que veio a acontecer em 1930, quando sua mãe completou 15 anos de idade (Fernandes, 2012, p. 74).

Essa narrativa expõe que, para além da diferença na cor, seus pais também eram de origens geográficas distintas: ele do Ceará e ela uma adolescente acreana negra que nasceu em 1915 e se casou 15 anos depois, em um seringal no município de Brasiléia, com um dos milhares de aventureiros oriundos dos estados do Nordeste para cortar seringa no Acre. O número desses tipos de casamentos foram se ampliando na proporção em que mais homens vindos dos estados nordestinos, chegavam ao Acre para cortar seringa. Para Bhabha essas mesclas produzem um hibridismo que nada tem a ver com a “[...] genealogia ou identidade entre duas culturas diferentes, que possa então ser resolvido como uma questão de relativismo cultural” (Bhabha, 1998, p.165).

A segunda narrativa localizada na pesquisa de Fernandes (2012, p. 74) foi nesse mesmo município de Assis Brasil, quando o autor entrevistou outra senhora negra, dona “Augusta Veloso de Souza, que nasceu no Seringal Pedreira, na zona rural próximo da cidade de Assis Brasil, no ano de 1926” os registros indicam que na ocasião da entrevista (2010) Dona Augusta residia com seu irmão, também negro, que nasceu em 1924. No registro selecionado no livro de Fernandes (2012, p. 74) consta que o pai da entrevistada “[...] era um cearense de cor branca, dono do seringal que chegou no Acre em 1916 e sua mãe era uma mulher negra do Rio Grande do Norte, que chegou no Acre em 1916”.

Em uma pequena passagem dessa entrevista extraída do livro, Fernandes (2012) identificamos o seguinte sobre as narrativas de dona Augusta Veloso:

Minha mãe teve filhos de três maridos. A[filha] que nasceu em 1918 era negra. Os filhos dos pais pretos saíram pretos, os filhos dos pais mais claros saíram mais acabocados. Ela teve dois maridos pretos e um mais claro, que era o primeiro, esse deixou ela com quatro filhos e depois ela ficou com o pai do Chagas, esse meu irmão, [que estava ao seu lado na hora da entrevista] mas, o pai do Chagas morreu na mata, morreu novo, após um ano e pouco que tinha se juntado com mamãe. Aí ela foi e se juntou com papai. Meu pai faleceu em 1946 e a mamãe faleceu em 1973 (Fernandes, 2012, p. 74).

Nesses relatos não houve menções sobre incidência de racismo, preconceito e discriminação e os motivos da separação da mãe preta com o pai branco, não foram justificados na narrativa. Consta que sua mãe teve tanto a experiência do casamento com esse homem branco, quanto com outros dois de cor preta, deixando uma descendência de filhos e filhas com tonalidades variadas entre as cores preta, parda e branca.



Aconteceu no Acre, algo similar ao que Bastide & Fernandes (1959, p. 173) explica sobre a gênese da chegada dos portugueses no Brasil, o autor menciona que os lusitanos “deixavam suas esposas” brancas em Portugal e “[...] foram obrigados a casar com o que havia, sem cuidar da côr”. O trabalho nos seringais foi majoritariamente assumido por homens que migravam dos estados nordestinos e “[...] boa parte destes soldados que vieram solteiros casaram-se, ou simplesmente decidiam amigar-se (morar juntos como marido e mulher sem a cerimônia de casamento) nas colocações, nos seringais e nas vilas próximas aos seringais” (Almeida, 2016, p. 46).

A terceira narrativa encontrada foi uma entrevista realizada no município de Senador Guiomard onde Fernandes (2012, p. 82) registrou as seguintes informações de outra mulher de cor preta originária do município de Brasiléia:

Meu nome é Assunção Correia da Silva, eu cresci e me casei com peruano. Quando minha mãe faleceu eu tinha dois anos de idade, minha mãe ainda era nova quando faleceu, ela foi comprada por um homem chamado senhor Elpídio, que era o patrão do seringal. Ele comprou ela e comprou também a prima legítima dela. [...] O nome da minha mãe era Maria Luiza. [...] Minha mãe veio de Moçambique, a prima legítima dela também veio da África. Meu pai morava no Acre, o nome dele era João Correia da Silva, mas ele era rio-grandense, ele era do Rio Grande do Norte. Meu pai era bem branco, do olho azul, bem branco mesmo, quando ele trabalhava no sol ele descascava, minha mãe juntou-se com ele. Ela só veio se casar com ele, depois que saíram os chefões de lá de Brasileia que chamavam ele de branco porco. O Juiz, que se chamava Deolindo, não queria casar meu pai com minha mãe porque ela era preta. Eu conheci muito esse juiz. Ele chamava meu pai de branco porco por causa da minha mãe. O cabelo da minha mãe não crescia, aí ela fazia aquelas trancinhas, aí não crescia, eles chamavam meu pai de branco porco porque minha mãe era bem preta, preta, preta, preta, muito preta mesmo. Meu pai também veio fugido do Rio Grande do Norte, da cidade de Caicó. Depois que minha mãe morreu, meu pai casou com outra mulher preta, a outra mulher dele era mais morena do que eu. A gente foi criada com as outras pessoas. Meu pai não criou a gente depois que minha mãe morreu. A gente ficava um pouco com uns, um pouco com outros (Fernandes, 2012, p. 82-83).

Pela localização fronteira da cidade acreana de Brasiléia e Assis Brasil com a Bolívia e Peru a própria narradora negra, menciona que se casou com um homem peruano. Seu relato foi atípico relacionado ao casamento inter-racial de sua mãe, uma mulher de cor preta retinta de origem africana (Moçambique) e seu pai, um homem de cor muito branca. Aquela união ficou marcada pela elevada rejeição social, pois o próprio juiz não admitia realizar um casamento dessa natureza. Fato é que após o falecimento da mãe de Assunção Correia, o seu pai casou-se com outra mulher de cor preta, entretanto, não assumiu a paternidade na criação das filhas e filhos negros do primeiro casamento.



O casamento entre pessoas do Acre com pessoas peruanas e bolivianas é algo bastante comum pela localização na tríplice fronteira entre o Brasil, Bolívia e Peru. “O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural” (Bhabha, 1998, p. 27). Essa diversidade cultural mencionada pelo autor, “[...] é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade” (Bhabha, 1998, p. 63).

No quarto registro identificamos outra entrevista registrada por Fernandes (2012) com as narrativas de um homem negro do município de Jordão, seu nome é Elton do Nascimento, entretanto, é mais conhecido como “Bilon” seus relatos mostram que seu avô por parte de pai era cearense e acrescenta o seguinte: “[...] ele era branco e seu nome era José Camilo da Silva, mas eu não me lembro do nome da cidade dele lá no Ceará. Ele se casou com minha avó, uma negra que se chamava Alta Maria do Nascimento” (Fernandes, 2012, p. 120). Na extensa entrevista não há outras informações sobre esse casamento inter-racial no município de Jordão.

Esse tipo de união inter-racial reafirma o que fora constatado por Almeida (2016) ao mencionar que os casamentos nos seringais acreanos aconteciam das mais diversas maneiras, levando-se em conta que muitos seringueiros deixaram suas esposas nos estados do Nordeste e formaram novas uniões no Acre.

Fica evidente nesses quatro registros identificados no livro de Fernandes (2012), que apesar de as uniões inter-raciais não terem sido o foco dessa pesquisa, as variadas narrativas encontradas indicam relevante reincidência desse tipo de casamento no Acre, desde a gênese de sua ocupação. Nas constatações de Schucman (2018, p. 30) “[...] as poucas pesquisas que enfocam casamentos e famílias inter-raciais no Brasil [...] a maioria problematiza suas análises apenas no sujeito negro dessas relações”. Fica evidente que há pouca ou nenhuma problematização sobre os motivos que levam pessoas de cor branca a buscarem uniões inter-raciais com pessoas negras.

Apesar de haver poucas pesquisas que visibilizam as uniões inter-raciais entre pessoas negras e brancas, ficou evidente na presente pesquisa que elas são mais comuns e recorrentes do que imaginamos e estão presentes em variadas ambiências socioculturais. Esses resultados



confluem com as propositivas de Bhabha (1998), ao enfatizar que o processo civilizatório apresenta múltiplas dimensões, com contatos intensos e permanentes entre as culturas, que derivaram em espaços de territorialidades transitórias e também, como nexos comuns entre pessoas diferentes.

Considerações finais

Ao encerrar a presente pesquisa sobre os registros de uniões inter-raciais na Amazônia acreana, vale destacar que são resultados de apenas três publicações que utilizaram entrevistas narrativas como técnica de levantamento de dados. Na primeira foram transcritos os registros de Albuquerque (2022), a segunda, pelas identificações localizadas na revista *Referências Negras do Acre* publicada em 2016 pela Secretaria Adjunta de Promoção da Igualdade Racial na cidade de Rio Branco e a terceira no livro *Negros na Amazônia acreana* publicado em 2012. Evidentemente que esse conjunto de citações poderia ser ampliado ao se agregar outras fontes de pesquisas que analisam pessoas negras como tema central, entretanto, no levantamento realizado em três programas de pós-graduação da Universidade Federal do Acre, foram localizados vinte e dois trabalhos de pesquisas étnico raciais, porém, apenas na dissertação de Albuquerque (2022) defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia foram identificadas três entrevistas sobre uniões inter-raciais negras.

O livro *Negros na Amazônia acreana* e a revista *Referências Negras do Acre*, foram pesquisas produzidas fora da ambiência acadêmica. Nas pesquisas de Fernandes (2012) foi constatada a reincidência de casamentos inter-raciais desde a gênese da ocupação do território acreano. As localizadas na dissertação de Albuquerque (2022) indicam que essa prática perdura até a contemporaneidade (em 2024) fato que amplia margens para futuras pesquisas com delimitações ampliadas sobre os casamentos entre pessoas negras e brancas.

A hipótese de que deve haver substancial número de uniões inter-raciais no Acre para justificar o elevado número de pessoas que se autodeclararam na cor parda foi confirmada. Foram localizados oito registros sobre uniões inter-raciais no Acre em apenas três fontes de pesquisas, ficou adicionalmente constatado que essas uniões resultaram no elevado número de pessoas pardas descendentes das uniões inter-raciais. Por outro lado, a confirmação do percentual de 74,9% dos que se autodeclararam nas cores preta e parda no censo de 2022



carece de pesquisas mais específicas para justificar essa maciça presença negra em um Estado considerado predominantemente indígena no imaginário social.

O objetivo central da pesquisa foi alcançado pelo mapeamento, problematização e discussões consubstanciadas nas narrativas sobre uniões inter-raciais no Acre. Foi possível também, compreender o alcance do problema, na visão de cada autor ou autora pesquisado(a), além de visualizar as condições e motivações em que aconteceram as uniões inter-raciais. A diversidade de situações condicionais em que as uniões inter-raciais acontecem na Amazônia acreana emergem da cultura migrante produtora do hibridismo identificado por Bhabha (1998), que, por sua vez, produz novos espaços de significações.

Ficou evidente nessas bibliografias, que o hibridismo resultante das uniões inter-raciais produz múltiplas identidades não fixas nem estáveis mas, representativas de variados atravessamentos e interações culturais em que novas formas de identidades e subjetividades podem emergir. Embora não tenha sido localizada no Estado do Acre, nenhuma pesquisa diretamente relacionada às uniões inter-raciais, os registros identificados apresentam variados indicativos de aceitamentos e rejeições familiares e sociais a depender do contexto em que as mesmas aconteceram.

Assim, torna-se relevante o conceito de hibridização e de terceiro espaço, como lugar de negociação e transformação cultural identificado por Bhabha (2007) como espaço de interação de diferentes culturas produzindo potencialidades de novas vertentes culturais a partir dessa interação.

Referências

Albuquerque, Ângela Maria Bastos de. **Trajetórias de negros e negras no Estado do Acre: das metamorfoses socioespaciais às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Rio Brnaco: Universidade Federal do Acre - UFAC, 2022.

Almeida, Aldemira Ferreira de. **O trabalho feminismo em seringais do Acre (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História), Manaus: Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2016.

Bastide, Roger & Fernandes, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 2. Ed. - Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

Bhabha, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.



Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Brasil, **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Brasília: Institui o Estatuto da Igualdade Racial, 2010.

Camilo, Adriana Almeida **Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor?** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília: TJDF, 2023.

Chaves, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 8, n. 2, p. 29-37, 2003.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Pardo**. Editora Melhoramentos, 2024.

Domingues, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latino-americanos**, n. 10, 2005.

Fernandes, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

Fernandes, Jorge. **Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros**. Curitiba: Appris, 2017.

Fernandes, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

Hall, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda & William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

Moraes, Ana Luisa Zago de. A formação da política imigratória brasileira: da colonização ao estado novo. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. Especial, 2014.

Moreno, Ana Carolina. 73% dos paulistanos acreditam que racismo é problema central na cidade, aponta pesquisa. **G1**, São Paulo: 19/11/2022.

Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. **Geledés**, 05/11/03.

Pacheco, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f.. e negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2008.



Rio Branco, Prefeitura Municipal de. **Referências negras do Acre**. Rio Branco: Secretária Adjunta de Promoção da Igualdade Racial, 2016.

Rodrigues, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2010.

Roncolato, Murilo. A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. [Nexo Jornal](#), 14/06/2018.

Santos, Milton. As cidadanias mutiladas. *In*: Gerner, Júlio (Org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.

Santos, Milton. Ser negro no Brasil hoje. *In*: Santos, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p.157-161.

Santos, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2014.

Schucman, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, .2014.

Schucman, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: Ed. UFBA, 2018.

Teruya, Teresa Kazuko & Silva, Ana Lúcia da Descolonizando o currículo escolar e o ensino de história: Agudás, os retornados a África. **Odeere**, v. 5, n. 10, p. 41-69, 2020.

Submetido em: 14 de Maio de 2024

Avaliado em: 22 de Junho de 2024

Aceito em: 24 de Julho de 2024